

Em 1974, com o início do governo Geisel, começa um processo primeiramente chamado pelo governo de “distensão” e, depois, de “abertura”. A partir de 1977, diante da lentidão da abertura, estabelece-se o Pacto Popular-Democrático, que presidirá a partir de então a transição democrática no Brasil. Este novo pacto político ganha força com a nova crise econômica que se desencadeia em 1980. No final de 1984 a transição democrática completar-se-á. Desde 1974, e principalmente a partir de 1977, o processo político irá se caracterizar pela dialética entre o processo de “abertura” comandado pelo governo e o processo de redemocratização exigido pela sociedade civil. Esses dois processos não são radicalmente contraditórios, mas têm objetivos diversos. Redemocratização, restabelecimento do Estado do direito, é não apenas o processo real do restabelecimento dos direitos individuais e do processo eleitoral, mas também a própria luta democrática da sociedade. “Abertura”, por sua vez, é o processo através do qual o regime militar controla, cedendo e, ao mesmo tempo, postergando o mais possível o processo de redemocratização, com o objetivo último de perpetuar-se no poder.

#### ESPECIFICIDADE DO NOVO MILITARISMO BRASILEIRO

Depois do regime militar autoritário e modernizante ter sido implantado no Brasil em 1964, em vários outros países latino-americanos estabeleceram-se regimes militares que procuraram copiar o “modelo” brasileiro. Isto levou muitos analistas a colocar no mesmo nível do regime militar brasileiro regimes militares como os da Argentina e do Chile e como os do Peru (do general Alvarado) ou do Panamá (do general Torrijos). De fato, existiam alguns pontos em comum entre esses regimes. A característica comum mais importante reside no fato de serem produto do “novo militarismo”, burocrático e modernizante, latino-americano. Esse novo militarismo opõe-se ao clássico militarismo dos caudilhos, à medida em que é o produto de forças armadas constituídas na forma de organizações burocráticas e, portanto, comprometidas com o projeto de racionalidade desenvolvimentista ou moder-

nizante. O “novo militar” latino-americano, que começa a tornar-se dominante no pós-guerra, nos países mais avançados da região, é um tecnoburocrata estatal fardado, que alia à racionalidade desenvolvimentista o autoritarismo baseado no conceito de segurança nacional. Sob esse aspecto ele distingue-se claramente dos velhos caudilhos latino-americanos orientados, exclusivamente, para a manutenção das oligarquias agrário-mercantis (das quais são parte) no poder.<sup>1</sup>

Apesar dessa semelhança básica, não há dúvida de que, enquanto o regime militar brasileiro alcançou um certo “êxito” (afinal, manteve-se no poder por vinte anos e logrou nesse período alcançar elevadas taxas de crescimento econômico), o regime militar peruano fracassou e foi liquidado, e o argentino levou o país a uma situação gravíssima de desindustrialização e retrocesso econômico. O mesmo vinha acontecendo no Chile até 1982, quando, após crise aguda, uma nova política econômica encaminhou o país em direção ao desenvolvimento.

O fracasso desses regimes, quando comparado com o brasileiro, pode ser explicado de várias maneiras. No caso da Argentina é, sem dúvida, importante salientar que a inexistência de um grande exército industrial de reserva, constituído de subempregados, dificultava o processo de concentração de renda e acumulação de capital. No caso do Peru, o regime militar assumiu o poder quando o país contava com uma base industrial ainda débil.

Mas a diferença fundamental residia nas alianças de classe estabelecidas em cada país. Enquanto no Peru a tecnoburocracia militar tentou um projeto autônomo e buscou infrutiferamente apoiar-se nas massas populares, e na Argentina e no Chile aliaram-se a suas velhas burguesias agrário-mercantis ligeiramente modernizadas pelo lado do capital financeiro, no Brasil a tecnoburocracia militar foi buscar apoio diretamente no moderno capital industrial e bancário.

A aliança da tecnoburocracia militar com o capital industrial foi o fator fundamental a dar especificidade (e força política) ao regime militar brasileiro, diferenciando-o dos demais regimes militares latino-americanos. Esta aliança não se mostra bem definida até aproximadamente 1967. Os militares, sob a influência da UDN, procuram inicialmente, de um lado, aliar-se à tecnoburocracia civil estatal, e, de outro, encontrar apoio nas classes médias pequeno-burguesas (tradicionais) e na burguesia agrário-mercantil, mas logo

---

<sup>1</sup> Examinei o caráter tecnoburocrático do novo militarismo latino-americano em 1972 em “A emergência da tecnoburocracia”, publicado originalmente em Bresser-Pereira, 1972a e reproduzido em Bresser-Pereira, 1981d e em Bresser-Pereira, 1977.

percebem que a força estava com o capital industrial e com o capital bancário, e a ambos aliam-se de forma decisiva.

A tecnoburocracia militar não tinha condições de apoiar-se apenas em si mesma ou mesmo nas novas classes médias profissionais ou assalariadas.<sup>2</sup> Para manter-se no poder, não lhe resta outra alternativa senão aliar-se às classes dominantes burguesas. Quando ela deixa de fazê-lo, como foi o caso do Peru, fracassa em prazo relativamente curto. Mas é importante saber com que fração da burguesia e tecnoburocracia deve aliar-se. Quando ela junta-se à burguesia agrário-mercantil, ou seja, a uma fração de classe retrógrada, como aconteceu na Argentina, pode manter-se por mais tempo no poder, mas não logra promover um verdadeiro processo de acumulação de capital e desenvolvimento.

### FORÇA E FRAQUEZA DO “TRIPÉ”

A aliança da tecnoburocracia militar com o capitalismo industrial e bancário nacional e multinacional, ao mesmo tempo em que define a natureza do regime militar brasileiro, é a principal causa de seu relativo êxito econômico e político. O Brasil, em 1964, já dispunha de uma burguesia industrial poderosa, responsável pela implantação de um parque industrial integrado. Por outro lado, as empresas multinacionais industriais já estavam solidamente instaladas no Brasil desde os anos 1950, e o capital bancário, que serviu de ponte entre o capital mercantil e o industrial, modernizava-se e integrava-se no processo de acumulação.<sup>3</sup>

Essa classe dominante burguesa e multinacional, entretanto, não tinha condições de comandar o processo de acumulação no país através dos mecanismos clássicos do mercado e da democracia liberal. A classe média profis-

---

<sup>2</sup> A expressão classe média “assalariada” como sinônimo de classe média tecnoburocrática constitui uma imprecisão, já que seus membros recebem ordenados ao invés de salários. A inexistência de um adjetivo relativo a ordenados e a inconveniência de sempre usar a expressão tecnoburocracia (que tem uma conotação depreciativa desnecessária) levaram-me usar a expressão classes médias assalariadas. Convém lembrar que além da classe média assalariada ou tecnoburocrática, empregada em organizações públicas ou privadas, temos a classe média burguesa e pequeno-burguesa. Neste livro, no capítulo 3, está reproduzido meu primeiro estudo da tecnoburocracia. Denominei-a então “nova classe média”, como o faz Mills (1953).

<sup>3</sup> Não chamamos o capital bancário de capital financeiro, como é comum fazer, porque entendemos por capital financeiro a fusão do capital bancário com o industrial, sob a liderança do primeiro. Ora, isto jamais ocorreu no Brasil.

sional estatal, civil e militar, surge assim, em 1964, como a força racionalizadora e ordenadora para, perfeitamente aliada àquela burguesia, consolidar o capitalismo estatal no Brasil.<sup>4</sup>

Forma-se, assim, entre 1964 e 1968, o Pacto Burocrático-Autoritário — o pacto do “tripé” — baseado na aliança da tecnoburocracia estatal com a burguesia local e as empresas multinacionais. A força desse pacto residia na circunstância de, sendo tanto o capital local quanto o multinacional já predominantemente industriais, a tecnoburocracia militar no poder ter sabido reconhecer esse fato. Seu caráter excludente traduz-se na exclusão radical, de caráter econômico e político, dos trabalhadores e de amplos setores da classe média assalariada e da pequena burguesia.<sup>5</sup>

Por outro lado, como ficaria patente a partir de 1974, a fraqueza desse pacto consubstanciava-se em dois fatores: de um lado, no seu caráter excludente, já referido, que lhe subtraía representatividade popular; de outro, no fato de que o comando econômico e político cabia à burocracia estatal (civil e militar) e não à burguesia.

Verificava-se, assim, uma falta de correspondência fundamental entre a formação social, predominantemente capitalista, e o caráter do regime político, predominantemente militar e, portanto, burocrático. Não obstante a tecnoburocracia militar tenha sabido aliar-se ao capital industrial e bancário dominantes e transformá-los nos grandes beneficiários do sistema, manteve-se politicamente como grupo dirigente inclusive em matéria de política econômica. Essa tutela política dos militares sobre a burguesia constituía-se, assim, em uma contradição essencial que, aliada à sua falta de bases populares mais sólidas, devido a seu caráter excludente, irá desencadear, a partir de 1974, um processo de crise institucional e de parcial redemocratização do país.

---

<sup>4</sup> Entendemos por “capitalismo estatal” ou por “capitalismo de Estado” ou por “capitalismo tecnoburocrático” uma formação social predominantemente capitalista mas crescentemente tecnoburocrática que vem se generalizando em todos os países capitalistas industrializados.

<sup>5</sup> Já analisávamos criticamente essa aliança do tripé no começo dos anos 1970, juntamente com outros críticos do regime militar. É significativo, entretanto, que seus defensores, como Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, não hesitavam em também falar explicitamente do tripé, reconhecendo a sua importância para a sustentação do regime.

A partir de 1974 inicia-se o processo de transição para a democracia no Brasil, com a política de “distensão” do presidente Geisel. Com o “pacote de Abril” de 1977, interrompe-se a distensão mas, em seguida, o regime volta a tomar iniciativa com a política de “abertura”, enquanto a sociedade passa a trabalhar autonomamente pela redemocratização, que enfim é concluída no final de 1984. A transição democrática brasileira foi um processo político *sui generis*. Os cientistas políticos que estudam a América Latina têm procurado estabelecer relações e analogias entre a transição democrática ocorrida em países como Portugal, Espanha, Grécia, Peru e Brasil. Como no início dos anos 1970 estudava-se a natureza dos regimes autoritários, tornou-se comum entre os cientistas políticos liberais estudar a natureza da transição para a democracia, procurando-se estabelecer as similitudes. Acontece, entretanto, que a transição brasileira pouco tem a ver com a daqueles países.

Muitas são as razões para a especificidade do caso brasileiro, a começar pelo fato de que naqueles países a transição foi rápida, enquanto no Brasil foi demorada e contraditória. No caso de Portugal e da Grécia, a transição implicou em ruptura da ordem constitucional, no caso da Espanha e do Peru, o processo ocorreu planejadamente. Mas, nos quatro casos, a transição foi relativamente rápida e completa, enquanto no Brasil durou mais de oito anos.

A “abertura” brasileira, ao mesmo tempo em que era um real processo de transição para a democracia, é uma estratégia de sobrevivência do regime militar autoritário. É um processo contraditório, uma dialética entre as demandas de redemocratização da sociedade civil e a estratégia procrastinatória da “abertura”.

Nesse processo, que decorre através de fases de “abertura” e momentos de fechamento, o regime militar procurava sempre atribuir ao processo de redemocratização a característica de uma dádiva. Por outro lado, jogando com o conservadorismo da burguesia, lembrava sempre que a abertura tem necessariamente que ser “lenta e gradual”. Caso contrário, há a ameaça do retrocesso, já que seria preciso distinguir entre os próprios militares os “democratas”, geralmente chamados de “castellistas” (em função do primeiro presidente militar, o marechal Castelo Branco), e os “duros”. O curioso, entretanto, é que nesse jogo entre “castellistas” e “duros” nem sempre era possível perceber com clareza quem jogava em que time, porque a unidade burocrática do Exército, embora pudesse sofrer uma ou outra fissura, permanecia intocada desde 1964.

Essa contradição entre “castellistas” e “duros” era mais uma ficção criada pelo próprio regime e sustentada por analistas apressados, do que uma realidade. Os “duros” eram sistematicamente usados pelos “democratas” para ameaçar a sociedade civil e manter o regime autoritário. A “abertura” devia ser “lenta e gradual” porque a ameaça do retrocesso partia dos próprios militares “*soft*” que a propunham.

Começava assim, com o governo Geisel, depois do período de institucionalização do regime autoritário, entre 1964 e 1968, e do período de rigorosa ditadura militar, entre dezembro de 1968 (quando é promulgado o Ato Institucional nº 5) e o início de 1974 (quando sai da Presidência o general Garrastazu Médici), a transição democrática.<sup>6</sup> Uma transição tímida, na medida que patrocinada pelo próprio regime autoritário. Temos então uma primeira fase, ainda em 1974, em que o presidente Geisel fala e faz promessas de “distensão”. Com a derrota do partido do governo nas eleições majoritárias de novembro de 1974 (o partido da oposição obtém 14,5 milhões de votos para seus senadores contra 10,1 milhões para os candidatos do partido do governo), entretanto, ocorre uma primeira crise e um primeiro fechamento assinalados pela nova onda de cassações de mandatos políticos de abril de 1975.

O ano de 1975 será um ano de crise, marcado pela morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog e pelo culto ecumênico celebrado pelo cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, primeira manifestação de massa contra o regime. Através de sua atuação na defesa dos direitos humanos, o cardeal firma-se como o principal líder político democrático do país, ao lado de Ulysses Guimarães e Franco Montoro. Em janeiro de 1976, com a demissão do general Ednardo D’Ávila de Mello do comando do II Exército em São Paulo (sede dos militares torturadores), a partir de uma firme tomada de posição do governador Paulo Egydio Martins, o tímido processo de “abertura” é retomado. Mas as novas cassações e a aprovação da “Lei Falcão”, destinada a limitar a participação na televisão dos candidatos da oposição às eleições municipais de novembro de 1976, mostram que as intenções democratizantes do general Geisel eram limitadas.

Em novembro de 1976, nas eleições municipais, apesar da “Lei Falcão”, o partido da oposição realiza um novo grande avanço. A resposta autoritária não tarda em surgir. Em abril de 1977 temos um conjunto de medidas autoritárias que ficou chamado de “pacote de abril”. O governo fecha o Congresso durante quatorze dias e promulga uma série de emendas à Carta

---

<sup>6</sup> Para uma história do processo de redemocratização, ver Kucinski, 1982.

Constitucional outorgada em 1969, destinadas a garantir para a ARENA a maioria no Congresso nas eleições gerais de 1978. A principal medida autoritária é a criação dos senadores “biônicos” eleitos de forma indireta, garantindo automaticamente para a ARENA, em novembro de 1978, o preenchimento de quase um terço das vagas para o Senado.

A partir do “pacote de abril”, os protestos da sociedade civil multiplicam-se, a burguesia, que desde 1975 falava contra a estatização, passa a falar diretamente a favor da democracia, a Ordem dos Advogados, os jornalistas, os intelectuais, os estudantes e a Igreja multiplicam manifestos a favor do restabelecimento do estado de direito. Nas eleições de 1978, o MDB volta a ser vitorioso no Senado e quase logra a maioria na Câmara dos Deputados, não restando outra alternativa ao governo senão aceitar a redemocratização e acelerar a “abertura”.

O levantamento da censura à imprensa, entre 1977 e 1978, é o primeiro sinal concreto da redemocratização. E afinal, em junho de 1978, o presidente Geisel anuncia o “cronograma da abertura” como uma forma de influenciar as eleições e os membros do Colégio Eleitoral que escolheriam o novo presidente da República. De acordo com esse cronograma, seu governo terminaria (como de fato terminou) com a passagem do mandato para o sucessor por ele escolhido, o general João Batista Figueiredo, e com a extinção do Ato Institucional nº 5, que dava poderes ditatoriais ao presidente da República de cassar mandatos, censurar a imprensa e fechar o Congresso.

#### A BURGUESIA ROMPE O PACTO POLÍTICO AUTORITÁRIO

Com a extinção do Ato Institucional nº 5, em 31 de dezembro de 1978, o país dava um grande passo no sentido da redemocratização. Esse passo fora uma clara conquista da sociedade civil e, dentro desta, particularmente da classe dominante, a burguesia, que desde o pacote de abril de 1977 abandonara finalmente a postura autoritária e optara pela redemocratização do país.

Enquanto os demais setores da sociedade, os intelectuais de esquerda, os trabalhadores, os estudantes, a Igreja, a classe média assalariada, a pequena burguesia de profissionais liberais vinham há muito exigindo a redemocratização, a posição da burguesia a favor do restabelecimento do estado de direito era um fato novo e decisivo, que iria transformar-se na causa fundamental da redemocratização.

Uma indicação clara de que a redemocratização foi uma conquista da sociedade civil e a “abertura” uma estratégia autoritária e não uma estraté-

gia democratizante dos militares, como estes e seus intelectuais orgânicos pretendiam, está no fato de que o “cronograma da abertura” de junho de 1978, em última análise, propunha à sociedade civil uma “troca”. Pressionado pela sociedade civil, o governo concorda com a extinção do Ato Institucional nº 5, mas exige em troca a garantia da eleição, pelo Colégio Eleitoral, de João Batista Figueiredo, ou seja, a manutenção do mesmo sistema de poder por pelo menos mais seis anos. Por outro lado, um sinal, entre muitos, de que foi a adesão da burguesia à idéia da redemocratização o fato novo que tornou a “abertura” inevitável para o governo, está no comportamento dos principais líderes empresariais, que em 26 de junho de 1978 publicam o “manifesto das oito”, intitulado “Primeiro Documento dos Empresários”.<sup>7</sup> Foi essa mudança de posição da burguesia que abriu espaço para os estudantes, os advogados, os trabalhadores e a Igreja manifestarem-se mais fortemente a favor de uma redemocratização pela qual vinham lutando há muito tempo.

Conforme assinala em um livro publicado em 1978, o que se verificou especialmente em 1977 foi uma ruptura da aliança entre a burguesia industrial e a tecnoburocracia militar.<sup>8</sup> Nesses artigos procurei prever e analisar sistematicamente o processo de redemocratização a partir dessa idéia básica. À medida que estivesse, de fato, havendo um rompimento, ainda que parcial, do pacto político autoritário de 1964, era possível prever a inevitabilidade da redemocratização do país e analisar suas causas. A idéia central então desenvolvida era a de que a redemocratização tornara-se inevitável, mas que este fato não se devia a uma mera estratégia do regime militar para recuperar legitimidade, nem era a tendência liberalizante natural de um regime capitalista como o brasileiro, nem era simplesmente fruto das lutas populares a favor da democracia.<sup>9</sup> Embora cada uma dessas explicações tivesse alguma base na realidade, a explicação mais geral e direta estava no fato histórico novo representado pelo rompimento da aliança da burguesia (principalmen-

---

<sup>7</sup> Uma análise desse documento encontra-se em Motta, 1979. O último capítulo desse livro é uma competente análise da “abertura” e do papel dos empresários nesse processo.

<sup>8</sup> Bresser-Pereira, 1978a.

<sup>9</sup> A “abertura” como uma estratégia do regime para recuperar legitimidade foi defendida, por exemplo, por Campos, 1979. A “abertura” como uma tendência “natural” do capitalismo é a interpretação preferida pela burguesia liberal. Já a hipótese das lutas populares é defendida (embora jamais sistematizada) por analistas envolvidos diretamente nessas lutas. Embora esta última interpretação seja claramente insuficiente, é preciso salientar, conforme demonstrou cabalmente Therborn, que o surgimento das atuais democracias dependem decisivamente das lutas dos trabalhadores (Therborn, 1977).



te industrial) com a tecnoburocracia estatal e na definição de um projeto de hegemonia política por parte dessa classe. Forma-se então, ao nível da sociedade civil, o Pacto Popular-Democrático, que levará à redemocratização do país. Nesse processo, o rompimento do Pacto Burocrático-Autoritário de 1964 era o fato novo essencial, à medida que da solidez dessa aliança da tecnoburocracia militar com a burguesia (principalmente industrial) dependia a solidez do regime autoritário. As lutas populares realizadas por trabalhadores, estudantes, intelectuais e comunidades eclesiais de base em favor da democracia foram sem dúvida importantes, mas o fato histórico novo e decisivo foi a adesão de amplos setores da burguesia à idéia de redemocratização.<sup>10</sup>

A transição democrática não foi, portanto, o resultado de uma mera estratégia de sobrevivência do regime militar, como a maioria dos cientistas políticos pretendeu, nem a conseqüência das lutas populares a favor da democracia, como outros afirmaram. A teoria da transição democrática que resumi aqui, formulada enquanto o processo de redemocratização ocorria, tem pontos em comum com essas duas interpretações, mas dá ênfase à ruptura da aliança dos empresários com a burocracia militar, ao surgimento de um projeto de hegemonia política da burguesia e ao estabelecimento de um novo pacto político que chamei de popular-democrático, que vigoraria no país a partir 1977. Esses fatos produziram uma progressiva perda de legitimidade do regime militar e explicam a redemocratização. Sua dinâmica, entre 1977 e 1985, quando se completou, caracterizou-se por uma permanente dialética entre as demandas da sociedade civil de aprofundar a redemocratização e a estratégia do governo militar de controlar e postergar a “abertura”.<sup>11</sup>

## BURGUESIA E AUTORITARISMO

A hipótese de que a causa fundamental da redemocratização está no rompimento do Pacto Burocrático-Autoritário por parte da burguesia — particularmente da burguesia industrial e da pequena burguesia de profissionais liberais — parte de um pressuposto básico: ainda que essa classe possua uma longa história de compromissos com o autoritarismo, é errôneo acreditar que

---

<sup>10</sup> É preciso, aliás, salientar que os países capitalistas centrais jamais teriam alcançado os níveis de democracia que alcançaram se fossem depender apenas da vontade da burguesia. Nesses países as lutas populares foram essenciais para a democracia.

<sup>11</sup> Desenvolvi essa teoria em dois livros, *O colapso de uma aliança de classe*, 1978, e *Pactos políticos*, 1985.

ela seja necessária ou intrinsecamente autoritária. Já não faz sentido para uma sociedade capitalista e industrializada como a brasileira a hipótese segundo a qual as únicas alternativas existentes são socialismo ou fascismo. Essa hipótese foi defendida na América Latina pelos autores de “interpretação da super-exploração imperialista”, a partir da idéia de que, dada a exploração a que os países latino-americanos estão sujeitos pelos países centrais, não restaria outra alternativa às burguesias locais senão super-explorar autoritariamente, de forma fascista, os trabalhadores.

Essa interpretação exagera a exploração imperialista existente sobre países que já alcançaram um nível de industrialização como o brasileiro, ignorando que a capacidade do imperialismo de extrair excedente dos países periféricos tende a diminuir à medida que esses países se industrializem e definam objetivos nacionais próprios. Em outras palavras, essa interpretação não distingue o velho imperialismo primário-exportador da nova dependência via empresas multinacionais industriais, nem percebe que, em uma sociedade industrializada como a brasileira, a luta de classes já tem precedência sobre a luta anti-imperialista.<sup>12</sup>

Quem é intrinsecamente autoritária é a fração mercantil da burguesia brasileira, que sempre dependeu dos mecanismos da acumulação primitiva para apropriar-se do excedente econômico. Essa burguesia mercantil associada a uma velha burocracia patrimonial ainda domina muitos estados do Nordeste e do Norte brasileiro; é e sempre foi autoritária, porque precisa de um Estado forte para acumular.

Já a burguesia industrial, embora longe de não depender do Estado, não é necessariamente autoritária por um motivo estrutural: seu mecanismo básico de apropriação do excedente é a mais-valia. O lucro do empresário realiza-se, assim, no mercado, através da clássica troca de equivalentes, em que os trabalhadores vendem sua força de trabalho e os capitalistas vendem suas mercadorias pelos seus respectivos valores. Foi o domínio do mecanismo da mais-valia como processo de apropriação do excedente que permitiu que as sociedades capitalistas centrais se democratizassem durante o século XIX. E esse mesmo processo permitiu que um país em avançado estágio de industrialização, como o Brasil, também tivesse uma burguesia industrial não necessariamente comprometida com o autoritarismo.

Em segundo lugar, a burguesia industrial, quando pressionada pelas classes populares, tende também a adotar ou a aceitar uma postura demo-

---

<sup>12</sup> Examinei mais extensamente esse problema em Bresser-Pereira, 1982.

crática, porque é uma classe dominante grande, numerosa, que necessita de mecanismos institucionalizados de alternância no poder dos diversos grupos e frações em que naturalmente tende a dividir-se.

A burguesia industrial é, por natureza, uma classe heterogênea e desunida, que só se une e se torna autoritária quando gravemente ameaçada. Por outro lado, a democracia é um mecanismo institucional que, dada a hegemonia ideológica da burguesia, permite que o poder transite entre as diversas frações da burguesia sem colocar em risco, mesmo quando sobe ao poder um partido de esquerda, a própria hegemonia ideológica e o caráter dominante da classe burguesa.

#### A PERDA DE LEGITIMIDADE DO REGIME MILITAR

Aceitos esses pressupostos, agora é preciso entender por que a burguesia começa, em 1975, a romper sua aliança autoritária com a classe média profissional, através da campanha contra a estatização, e completa esse rompimento (parcial) em 1977, propiciando afinal a extinção do Ato Institucional nº 5.

A causa fundamental da mudança de posição política da burguesia é a crescente perda de legitimidade do regime militar perante a sociedade civil, já a partir do início dos anos 1970. O regime militar brasileiro nunca foi representativo e, naturalmente, jamais foi democrático, mas gozou de legitimidade até aproximadamente 1974, quando contava com o apoio da classe com maior peso na sociedade civil: a burguesia.<sup>13</sup> Esta legitimidade estava baseada em dois fatores: o medo da burguesia de uma revolução de esquerda no Brasil e o êxito econômico do regime. A ameaça de “subversão comunista” foi o fator fundamental para justificar o golpe de Estado de 1964, na medida em que a burguesia de fato se atemorizara com a ameaça. No começo dos anos 1970, porém, os últimos focos de guerrilha foram eliminados. A esquerda tornou-se extremamente cautelosa e assumiu a bandeira da defesa da democracia, com um vigor maior do que no período popular-nacional. A burguesia perdeu o medo da subversão, retirando legitimidade do sistema autoritário.

---

<sup>13</sup> “Legitimidade” é aqui entendida como o apoio da sociedade civil, diferentemente de “representatividade” que é o apoio do povo. “Sociedade civil”, por sua vez, é aqui definida como sendo a população organizada e ponderada pelos respectivos poderes políticos das classes, frações de classes, grupos e instituições que a compõem, diferentemente de “povo”, que é o conjunto de cidadãos, iguais perante a lei.

O êxito econômico do “milagre” foi a justificativa subsequente do autoritarismo brasileiro. Entretanto, a desaceleração econômica, a partir de 1974, revelou que a onisciência e onipotência técnica dos dirigentes econômicos era falsa. E, finalmente, em 1976, quando o grandioso II PND é abandonado, ficou patente não apenas a incapacidade da tecnoburocracia estatal de contrabalançar os movimentos do ciclo econômico, mas também a sua capacidade de cometer grandes erros de cálculo e política econômica. A legitimidade desenvolvimentista da tecnoburocracia estatal ficou, assim, gravemente abalada.

Desaparecidas as bases de legitimação do regime autoritário, começam a ficar aparentes suas falhas principais: o próprio autoritarismo e a concentração de renda. Esta última foi comprovada pelos dados do senso e amplamente analisada pelos economistas críticos do governo. A denúncia da ditadura e da concentração de renda são então as duas bandeiras da oposição nas eleições de 1974, e o resultado é a grande derrota do partido governista, a ARENA, tomado inteiramente de surpresa, porque até alguns meses antes das eleições seus dirigentes, baseados nas eleições de 1970, acreditavam que seu destino era se transformar no PRI brasileiro.

A derrota nas eleições majoritárias para o Senado, em novembro de 1974, foi um golpe moral na legitimidade do regime, à medida que tornava patente sua falta de representatividade.<sup>14</sup>

E não é por acaso que a campanha da burguesia contra a estatização teve início em dezembro de 1974, quando o economista liberal Eugênio Gudín, pai da ortodoxia neoclássica no Brasil, faz a denúncia do processo de crescimento das empresas estatais. A denúncia era exagerada e não reconhecia o fato de que o crescimento das empresas estatais fora rigorosamente orientado para estimular (e não para competir com) a acumulação privada. De qualquer forma, a denúncia repercute. Transforma-se em campanha política — primeira manifestação de oposição ao regime por parte da burguesia desde 1964. A burguesia, diante da perda de legitimidade do regime militar, estava pronta para ouvir acusações contra ele. E uma crítica de corte liberal clássico, como a denúncia da estatização, era especialmente bem-vinda. Combatendo a estatização, a burguesia manifestava sua insatisfação com a tutela tecnoburocrática.

---

<sup>14</sup> Conforme, entretanto, observa corretamente Lamounier, é errôneo considerar as eleições de 1974 como “um grande acidente”, a partir do qual começa a “abertura”. Na verdade, o governo já vinha percebendo anteriormente a erosão de sua legitimidade e “a eleição realizou-se dentro de um processo de abertura que já se havia iniciado” (Lamounier e Faria, 1981: 39). Kriskhe observa, aliás, que “o regime trata de antecipar-se às oposições políticas e aos efeitos das contradições sociais, sempre que possível” (Kriskhe (org), 1982).

Essa tutela era agora cada vez mais difícil de ser aceita em face da redução do crescimento de excedente disponível para ser dividido na forma de lucros dos capitalistas e ordenados dos tecnoburocratas. Esta redução da taxa de crescimento do excedente originava-se, de um lado, da redução da taxa de crescimento do PIB por habitante, e, de outro, no fato de que a taxa de salários dos trabalhadores deixa de ser reduzida e chega mesmo a crescer devido à mudança de política salarial após as eleições de novembro de 1974.<sup>15</sup> Isto significa que a partir daquele momento a taxa de lucro tenderia a declinar.

Em uma economia capitalista, a redução da taxa de lucro na desaceleração cíclica é um fenômeno normal. No caso da economia brasileira, entretanto, o fato de tratar-se de uma economia fortemente estatizada, em que a influência do Estado na repartição do excedente é grande, dava ao fenômeno uma imediata conotação política. Enquanto o PIB crescia a taxas superiores a 10%, as eventuais e necessárias arbitrariedades da tutela estatal na repartição do excedente eram aceitáveis. Se algumas empresas recebiam maiores encomendas, se um setor industrial recebia mais subsídios, se determinados empresários recebiam maiores favores, tudo isto era admissível à medida que todos estavam realizando grandes lucros. Quando, porém, o excedente reduzia-se relativamente, a arbitrariedade da tutela tecnoburocrática tornava-se inaceitável. Já a campanha contra a estatização, em 1975, tinha, entre outros, um claro sentido de protesto e de cautela contra os favorecimentos que certamente viriam com os grandes projetos do II PND. Em contrapartida, quando este é abandonado, no segundo semestre de 1976, são os empresários da indústria de bens de capital e insumos básicos, que mais haviam se beneficiado do II PND e agora deixavam de sê-lo, aqueles que formam o núcleo de oposição empresarial ao regime autoritário.

#### PROJETO DE HEGEMONIA POLÍTICA DA BURGUESIA

Não foram, entretanto, apenas causas negativas relacionadas com a perda de legitimidade do governo que levaram amplos setores da burguesia a romper sua aliança com a tecnoburocracia estatal em 1977 e a apoiar a luta pela redemocratização. Em adição, é preciso considerar que a burguesia formu-

---

<sup>15</sup> Excedente é aqui entendido como a produção que excede o consumo necessário, o qual, por sua vez, corresponde, em uma economia como a brasileira, ao total de salários. O PIB menos o total de salários é, portanto, igual ao excedente, que, por sua vez, corresponde à soma de lucros, juros, aluguéis dos capitalistas e (altos) ordenados dos tecnoburocratas.

lou então um projeto de hegemonia política burguesa — projeto esse que só poderia ser realizado nos quadros de um regime democrático. A burguesia, particularmente a burguesia industrial, queria agora sacudir a tutela militar e assumir o comando da nação. As manifestações dos empresários nesse sentido foram então reiteradas. Não bastava à burguesia ser a classe economicamente dominante, queria também ser politicamente dirigente.

Esse projeto, embora algo ingênuo da parte dos empresários por pretender estabelecer uma relação linear entre dominação econômica e dominação política, tinha no entanto base na realidade. A acumulação de capital realizava-se no Brasil em ritmo acelerado desde os anos 1930. Em conseqüência, uma imensa burguesia empresarial, constituída de pequenos, médios e grandes industriais, agricultores, comerciantes, prestadores de serviços de toda natureza formou-se no país, substituindo cada vez mais a velha burguesia latifundiária e mercantil. Ao lado dessa burguesia empresarial surgiu também, embora em dimensões menores, uma burguesia rentista, vivendo de juros, aluguéis e dividendos. E toda essa burguesia passava agora a ser portadora da ideologia capitalista clássica: liberalismo econômico e político, individualismo, defesa da “iniciativa privada” como único regime compatível com a democracia, valorização da atividade empresarial e do lucro.

Além de assumir mais diretamente os valores políticos inerentes a sua própria classe, a burguesia brasileira conseguiu finalmente hegemonia ideológica sobre a sociedade, ou seja, logrou que aquelas idéias impusessem-se às demais classes, inclusive à classe média profissional, que possui sua própria ideologia apoiada na racionalidade técnica, no planejamento e no desenvolvimento econômico. Mas, apesar da importância dessas idéias nas sociedades modernas e da crescente penetração no Brasil de valores socialistas dos mais variados matizes (cristão, marxista, social-democrata...), não há dúvida alguma sobre o amplo domínio dos valores burgueses. Um sintoma desse fato está na transformação dos empresários mais conhecidos nos novos “heróis” da sociedade brasileira, disputando com os governantes, os políticos de oposição e os artistas o foco das atenções da imprensa.

Esta hegemonia ideológica da burguesia, mantida pelo controle dos jornais, do rádio e da televisão e do sistema escolar em todos os níveis, não apenas deu segurança à burguesia de que o jogo democrático de alternância no poder pode ser jogado sem maiores riscos para ela, mas também lhe permitiu um projeto de hegemonia não apenas ideológica, mas também política.

A rigor, a aceleração do processo de redemocratização a partir de 1977, culminando com a extinção do Ato Institucional nº 5, foi fruto do que chamei de “pacto social democrático de 1977”, e que prefiro hoje chamar de Pacto Popular-Democrático.<sup>16</sup> O pacto era popular porque, como o pacto de Getúlio Vargas, implicava a participação dos trabalhadores ou dos pobres. Através desse pacto tácito, informal, a sociedade civil estabeleceu, acima da luta de classes, aquela unidade básica que tornou possível a redemocratização parcial do país. Não se tratou de um pacto político, já que não envolveu partidos nem implicou uma estratégia de tomada do poder, mas de um fenômeno mais amplo e mais geral que estou chamando de pacto social. Todas as sociedades democráticas, independentemente da luta de classes que nelas se desenrola, estão baseadas em um pacto social do tipo do que foi tacitamente estabelecido no Brasil em 1977.

Esse pacto estava baseado em três princípios básicos: (a) redemocratização, que interessava a todas as classes; (b) manutenção do capitalismo, que interessava à burguesia e (c) distribuição moderada de renda, que interessava aos trabalhadores e às esquerdas.

Nesse pacto, a redemocratização não apenas interessava a todos ou à grande maioria, mas agora se tornava uma conquista dessa maioria. Interessava, sem dúvida, aos trabalhadores, aos intelectuais e às classes médias assalariadas ou tecnoburocráticas. E passara a coincidir com os interesses da burguesia em quase todos os seus níveis (pequena, média e mesmo grande burguesia) e em quase todas suas frações, com exceção da burguesia mercantil especulativa. Esta, formada pela velha burguesia agrário-mercantil e pela nova grande burguesia diretamente dependente das encomendas e dos subsídios do Estado, continuava autoritária, juntamente com a pequena tecnoburocracia civil e militar no poder e com frações minoritárias de todas as classes. Eram estes os setores sociais que continuavam a apoiar o partido político do governo: então ARENA, depois o PDS.<sup>17</sup>

O princípio de manutenção do capitalismo fez parte do Pacto Popular-Democrático de 1977 de forma praticamente automática. Apenas em um momento na história do Brasil, no período imediatamente anterior a 1964, as esquerdas acreditaram que poderiam chegar ao poder. Eram imaturas e estavam enganadas. Em 1977, porém, diante da manifesta hegemonia ideo-

<sup>16</sup> Bresser-Pereira, 1981b e 1981c.

<sup>17</sup> Que, mais tarde, se transformaria no PPB.

lógica burguesa, estava claro para as esquerdas que o capitalismo seria mantido pelo menos a médio prazo no Brasil. Era, portanto, natural deixar a revolução para depois e colocar como prioridade absoluta a redemocratização.

Quanto ao princípio de moderada redistribuição de renda, ele se impôs inclusive para a burguesia diante da evidência de enorme concentração de renda existente no Brasil. Não apenas a renda concentrava-se fortemente desde 1960, conforme os estudos estatísticos tornaram claro, mas também o grau de concentração de renda, quando comparado com o dos demais países capitalistas, desenvolvidos e subdesenvolvidos, revelava-se um dos maiores do mundo.<sup>18</sup> Diante da denúncia por parte das esquerdas dessa concentração desde o início dos anos 1970, tornara-se aceitável para a grande maioria da burguesia a idéia de que era preciso fazer alguma coisa, especialmente na área da política salarial, no sentido de desconcentrar aos poucos a renda.<sup>19</sup>

#### REFLUXO CONSERVADOR DA BURGUESIA: 1979

Entretanto, uma vez eleito o presidente Figueiredo pelo Colégio Eleitoral e extinto o Ato Institucional nº 5, ainda que algumas etapas da abertura continuassem a se cumprir (a anistia, em 1979, e o estabelecimento em seguida do voto direto para governadores dos estados nas eleições gerais de novembro de 1982), teve início, ainda em 1979, um processo de recomposição da direita no Brasil, que iria enfraquecer o processo de redemocratização. Ocorre então um refluxo da burguesia, que volta a restabelecer, ainda que em termos mais débeis e provisórios, sua aliança com a tecnoburocracia estatal agora personificada no presidente Figueiredo.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> Um estudo publicado pelo Banco Mundial, em 1980, comparando a participação das famílias 10% mais ricas na renda nacional de 32 países capitalistas, apresentou o Brasil com o maior índice de concentração (50,6%) e a Suécia com o mais baixo (21,3%). Além de países desenvolvidos, constavam da lista países latino-americanos, asiáticos e africanos.

<sup>19</sup> Vale aqui reproduzir as palavras de um de seus representantes mais insuspeitos, Roberto Campos, 1979: “A preocupação com a distribuição de renda brota de uma nova percepção de fatores políticos, éticos e econômicos. No plano político é preciso reter e recapturar a lealdade das massas...; no plano ético, há a percepção cada vez maior do absurdo contraste entre o consumo ostentatório de certas elites e a abjeção da pobreza absoluta; no plano econômico, a continuidade da expansão exige o fortalecimento do mercado interno de consumo de massa para atingir escalas ótimas de produção”.

<sup>20</sup> Fernando Henrique Cardoso percebeu esse fato e o denominou, muito apropriadamente, uma “fronda conservadora” (Cardoso, 1979).



Há vários motivos para o retrocesso da burguesia. Em primeiro lugar, com a extinção dos poderes excepcionais do presidente, a meta ou a etapa mais importante do processo de redemocratização se completava. Para uma parte da burguesia, formada nos princípios do autoritarismo, já se havia alcançado a democracia necessária ou possível.

Por outro lado, a eleição do novo presidente foi afinal uma vitória do regime militar. A oposição democrática acreditou durante um certo momento que, apoiada na pressão democrática da sociedade civil, conseguiria conquistar os valores de uma parte dos deputados e senadores da ARENA, e assim eleger o seu candidato à Presidência, general Euler Bentes, nas eleições indiretas. O governo, entretanto, contra-atacou: formulou o “cronograma da abertura” e fez ameaças de novo fechamento caso fosse derrotado. Seja por essa estratégia do governo, seja porque o candidato do MDB era também um militar, que não logrou dividir os militares (pelo contrário, uniu-os), nem conseguiu sensibilizar a burguesia, o fato é que esta acomodou-se. E o presidente Figueiredo foi obedientemente eleito pelo Colégio Eleitoral.

Esta eleição significava para a burguesia pelo menos mais seis anos de poder para a mesma tecnoburocracia civil e militar que o ocupava em 1964. Dada a grande dependência, principalmente da grande burguesia (e, portanto, de seus principais líderes empresariais) em relação ao Estado, era necessário ou conveniente uma recomposição com a tecnoburocracia governante. A rápida adesão ao governo da nova diretoria da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o mais importante órgão representativo da burguesia no Brasil), eleita em 1980 com grandes expectativas de independência em relação a esse mesmo governo, é uma clara demonstração desse refluxo conservador e autoritário.

Em terceiro lugar, cabe assinalar que o governo, por sua vez, fazia todos os esforços possíveis para agradar a grande burguesia. A designação de Antônio Delfim Netto para o Ministério do Planejamento, em agosto de 1979, teve esse sentido. A manutenção de grandes encomendas das empresas estatais ao setor de bens de capital e a manutenção de uma extensa gama de subsídios à acumulação de capital, quando o déficit orçamentário global do Estado alcançava níveis sem precedentes e realimentava uma inflação também sem precedentes, são outras demonstrações do empenho do governo em agradar a burguesia. Em 1981, quando uma recessão torna-se inevitável em face aos erros de política econômica, a burguesia industrial é a principal sacrificada, enquanto que a burguesia financeira é amplamente beneficiada. E, mesmo na burguesia industrial, os setores monopolistas, controlados pelo capital multinacional e pela burguesia local, logram aumentar suas margens de lucro du-

rante a recessão e conseguem, afinal, lucros compensadores, conforme mostram suas demonstrações financeiras publicadas durante o primeiro semestre de 1982.

Além disso, o presidente multiplica suas viagens ao exterior. Nessas viagens convidava uma curiosa corte de empresários. A justificativa formal para o convite era a possibilidade de se realizarem contatos comerciais. Da parte do governo era uma forma de relações públicas, e, por parte dos empresários era uma maneira de homenagearem e manifestarem sua submissão formal ao presidente.

Em quarto lugar, o parcial realinhamento da burguesia com o governo explicava-se pela grande dimensão das manifestações sindicais ocorridas em 1978, 1979 e 1980. Especialmente na região do ABC, nestes dois últimos anos, grandes greves ocorrem sob a liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula. Estas greves, embora realizadas sem o emprego de nenhuma violência, surpreenderam e assustaram a burguesia. Esta afirmava-se disposta a realizar negociações diretas com os trabalhadores e a aceitar que fizessem greves, mas quando estas desencadearam-se e revelaram grande determinação por parte dos trabalhadores, a burguesia amedrontou-se e afinal apoiou-se nos poderes do governo para reprimir as greves.

Nos quadros desse refluxo conservador da burguesia, o governo sentiu-se suficientemente forte para dissolver autoritariamente o partido da oposição, quando o democrático seria simplesmente permitir que novos partidos fossem criados. Desenrola-se, então, uma estratégica divisão das oposições, que é bem-sucedida, com o surgimento, além do PMDB, que é o sucessor natural do MDB, do PP, do PDT, do PTB e do PT, além do PDS.

O PMDB é o continuador do MDB; reúne a média burguesia, as classes médias assalariadas e os trabalhadores. O PP, que mais tarde se transformará no PFL, é o partido liberal democrático que atrai a alta burguesia, mas acaba fundindo-se com o PMDB, quando, em novembro de 1981, o governo proíbe as coligações de partidos para eleições majoritárias. O PDT é um partido com projeto social-democrata, com força apenas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. O PT é o fenômeno político novo mais importante, originário da aliança de uma parte dos líderes sindicais com representantes das comunidades eclesíásticas de base. É um pequeno partido, orientado para o socialismo e a democracia, mas já divide com o PMDB o apoio dos intelectuais de esquerda. O PDS é o partido autoritário, sucessor da ARENA, e o PTB uma força auxiliar do governo.

Por outro lado, em 30 de abril de 1981 ocorre o atentado terrorista do Riocentro, realizado por integrantes do Exército contra uma manifestação

de esquerda relativa ao 1º de maio. O Exército, entretanto, une-se corporativamente em torno dos responsáveis pelo atentado, e o presidente sente-se sem força para identificar e punir os culpados. É o sinal de que um processo de fechamento se avizinhava, confirmado logo depois pela demissão do general Golbery do Couto e Silva da direção da Casa Civil da Presidência.

O relativo fechamento, apoiado no refluxo da burguesia de 1979 e no episódio do Riocentro de maio de 1981, irá se confirmar através do “pacote eleitoral de novembro de 1981”, que estabelece a vinculação total de votos a cada partido, proibindo-se as coligações. De acordo com esse monstrengo eleitoral, destinado a dividir formalmente as oposições, o eleitor só podia votar em candidatos de um único partido, desde o vereador e prefeito da cidade, até os deputados, senadores e o governador.

Finalmente, o novo fechamento adquire todos os seus contornos quando, em junho de 1982, o governo, prevendo sua derrota nas eleições nesse ano, apesar de todas as medidas eleitorais tomadas na eleição anterior, decide (a) congelar a Carta Constitucional outorgada em 1969 por uma junta militar, estabelecendo que ela só poderá ser modificada por maioria de dois terços, e (b) estabelecer uma nova forma de composição do Colégio Eleitoral, que elegerá o presidente da República em janeiro de 1985, assegurando maior peso para os pequenos estados (que o PDS espera controlar), e, assim, violentando gravemente o princípio da representatividade.

### CAMPANHA DAS “DIRETAS JÁ”

A derrota eleitoral prevista pelo regime militar confirma-se. Em outubro de 1982 é eleito um grande número de governadores de oposição, inclusive André Franco Montoro em São Paulo, e Tancredo Neves em Minas Gerais. Sob essa nova liderança, o processo de transição democrática tornava-se invencível. Os empresários e, mais amplamente, a burguesia, que havia recuado em 1979 e 1980, voltam à cena política após o episódio do Riocentro. O rompimento de sua aliança com a burocracia militar torna-se definitivo.

A transição democrática, entretanto, vai ganhar ímpeto no início de 1984. A emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira, estabelecendo eleições diretas para a escolha do presidente da República, subitamente se transforma na grande bandeira da oposição democrática. O fato decisivo, que leva o povo para as ruas, é o comício das “Diretas Já” em São Paulo, no dia 25 de janeiro, data da fundação da cidade. O governador Franco Montoro, revelando notável liderança política, decide promover o comício

